

Informativo Semanal - 6 a 12 de abril de 2026



Foto: Sindsprev-PE

Servidores vinculados ao Ministério da Saúde e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foram orientados a redobrar a atenção no preenchimento da Declaração do Imposto de Renda 2026 após a identificação de inconsistências...

Leia mais - Pág. - 3

Marcha em Brasília



Foto: Sindsprev-PE

O Sindsprev-PE confirma sua participação na grande mobilização nacional convocada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que acontecerá no próximo dia 15 de abril, em Brasília.

A atividade, que reunirá trabalhadores e trabalhadoras de diversas categorias de todo o país, terá como ponto de encontro o Teatro Nacional, a partir das 8h, e marca mais um...

Leia mais - Pág. - 2

Regras da GDASS



Foto: Sindsprev-PE

A gestão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publicou recentemente a Instrução Normativa nº 201/2026, promovendo mudanças significativas nos critérios e procedimentos

de avaliação da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS), sem qualquer debate prévio com as entidades representativas dos trabalhadores...

Leia mais - Pág. - 4

Sindsprev-PE se une à mobilização nacional convocada pela CUT Brasil e confirma presença em marcha em Brasília

O Sindsprev-PE confirma sua participação na grande mobilização nacional convocada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que acontecerá no próximo dia 15 de abril, em Brasília.

A atividade, que reunirá trabalhadores e trabalhadoras de diversas categorias de todo o país, terá como ponto de encontro o Teatro Nacional, a partir das 8h, e marca mais um momento importante de unidade e luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Com o tema voltado à valorização do trabalho e à construção de um Brasil mais justo, a mobilização levanta pautas urgentes, como:

- Redução da jornada de trabalho e fim da escala 6x1
- Combate ao feminicídio
- Enfrentamento à pejotização



Foto: Sindsprev-PE

- Fortalecimento das negociações coletivas

- Direito de negociação para os servidores públicos

- Regulamentação do trabalho por aplicativos

O Sindsprev-PE estará representado no ato por dirigentes da categoria, reforçando seu compromisso histórico com a defesa dos

trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, especialmente nas áreas da saúde, previdência e assistência social.

Para a direção do sindicato, a mobilização nacional é fundamental diante dos desafios enfrentados pela classe trabalhadora, exigindo organização, resistência e unidade. “É nas ruas que construímos

conquistas. Estar presente nesse ato é reafirmar nossa luta por direitos, dignidade e justiça social”, destaca o coordenador-geral José Bonifácio.

O Sindsprev-PE convoca toda a sua base a acompanhar e fortalecer essa agenda de mobilização, que representa a voz coletiva de milhares de trabalhadores em todo o Brasil.

EXPEDIENTE



INFORMATIVO EDITADO PELA SECRETARIA DE IMPRENSA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Rua Marques de Amorim, 174,
Boa Vista, Recife-PE.
CEP 50070-335.

Fone: (81) 2127-8333.

Site: www.sindsprev.org.br

E-mail: siprevpe@uol.com.br

  [sindsprevpe](#)

 [sindsprev_pe](#)

 [sindsprevrecifepe](#)

Coordenação Geral: José Bonifácio-
Secretaria de Imprensa e
Comunicação: Silvaneide Márcia

Jornalista Responsável e Edição:
Débora Almeida

Textos: Débora Almeida e Agência Mazella

Conselho Editorial: José Bonifácio e Silvaneide Márcia

Projeto Gráfico e Diagramação: Daniele Cardoso

Declaração automática do IR apresenta erros e exige atenção de servidores para evitar malha fina

Foto: Sindsprev-PE



Servidores vinculados ao Ministério da Saúde e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foram orientados a redobrar a atenção no preenchimento da Declaração do Imposto de Renda 2026 após a identificação de inconsistências nos dados disponibilizados pela declaração pré-preenchida da Receita Federal. O problema, que tem sido registrado desde o início do prazo de envio, envolve divergências entre as informações automaticamente importadas pelo sistema e os valores oficiais constantes nos informes de rendimentos.

De acordo com orientação da Diretoria de Gestão de Pessoas do INSS, formalizada por meio de comunicado interno, os dados exibidos na declaração automática não devem ser utilizados como referência principal. O documento aponta que, após análises técnicas,

foi constatada incompatibilidade entre os números apresentados na plataforma da Receita e aqueles registrados nos sistemas oficiais de pagamento, como o SIAPE e o eSocial. Diante disso, a recomendação é que os servidores utilizem exclusivamente o Informe de Rendimentos emitido pelo sistema SouGov como base para o preenchimento da declaração.

Os principais problemas identificados estão relacionados especialmente em itens como remuneração, descontos e contribuições. Isso ocorre porque os sistemas ainda passam por ajustes e nem sempre refletem corretamente os dados consolidados.

A orientação vale para servidores ativos, aposentados, pensionistas e demais vínculos ligados aos sistemas de gestão do SIPEC, e reforça que a responsabilidade pelas informações declaradas é do próprio

contribuinte. Ainda segundo o ofício, a declaração pré-preenchida funciona apenas como um recurso auxiliar, sendo necessário conferir e corrigir eventuais divergências com base nos documentos oficiais disponibilizados pela fonte pagadora.

Para evitar erros, o servidor deve sempre conferir todas as informações com base no informe emitido pelo SouGov e não confiar exclusivamente no preenchimento automático, revisando campo por campo antes do envio.

Outro ponto destacado diz respeito ao preenchimento do CNPJ da fonte pagadora. A orientação segue normas da Receita Federal que determinam a utilização do CNPJ centralizador da instituição, no caso do INSS, independentemente de eventuais variações apresentadas nos sistemas automatizados. A medida busca evitar inconsistências no cruzamento de dados realizado pelo Fisco durante o processamento das declarações.

Para os servidores que já enviaram a declaração com base nas

informações incorretas da pré-preenchida, a recomendação é a retificação do documento, ajustando os dados conforme o informe oficial do SouGov. A correção é considerada fundamental para evitar problemas futuros, como cair na malha fina ou ter pendências junto à Receita Federal.

O INSS também informou que segue realizando ajustes nos sistemas de transmissão de dados, em conjunto com órgãos responsáveis pela gestão e integração das informações, o que pode gerar pequenas variações ao longo do processamento. Por isso, foi recomendado que os contribuintes acompanhem regularmente o status da declaração no portal da Receita, garantindo que eventuais inconsistências sejam identificadas e corrigidas em tempo hábil.

A orientação é de cautela no uso de ferramentas automatizadas e de atenção redobrada aos documentos oficiais, buscando evitar prejuízos aos servidores e assegurar maior precisão no envio das informações fiscais.

Gestão do INSS altera regras da GDASS sem diálogo com entidades sindicais



A gestão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publicou recentemente a Instrução Normativa nº 201/2026, promovendo mudanças significativas nos critérios e procedimentos de avaliação da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS), sem qualquer debate prévio com as entidades representativas dos trabalhadores.

A medida foi apresentada durante reunião da mesa setorial de negociação do INSS, realizada na última segunda-feira (6), espaço que reúne

representantes da gestão e entidades nacionais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) e outras organizações sindicais.

De acordo com relatos das entidades presentes, a nova normativa altera de forma ampla os critérios de avaliação da GDASS, incluindo a redefinição de pontuações e parâmetros de desempenho. Na prática, as mudanças podem impactar diretamente a remuneração dos servidores, abrindo margem, inclusive, para redução

salarial, o que gerou forte preocupação e reação imediata das representações sindicais.

A justificativa apresentada pela gestão do INSS para as alterações foi a implementação de uma nova plataforma digital do Governo Federal, que passará a concentrar os processos de avaliação. No entanto, as entidades não aceitaram o argumento.

Para os representantes dos trabalhadores, qualquer mudança nos critérios da GDASS deve necessariamente passar por alteração do decreto que regulamenta a gratificação, além de

ser debatida no âmbito do Comitê Gestor Nacional de Avaliação de Desempenho (CGNAD), instância legítima para tratar do tema.

Diante da gravidade da situação, a CNTSS já solicitou a convocação urgente de uma reunião do CGNAD, com o objetivo de discutir a medida e exigir esclarecimentos da gestão do INSS. Além disso, a entidade também articula a formalização de um pedido de revogação da instrução normativa.

O Sindsprev-PE acompanha com preocupação o cenário e reforça que mudanças que impactam diretamente a vida funcional e financeira dos servidores não podem ser feitas de forma unilateral, sem transparência e sem diálogo com as entidades sindicais.

A defesa de processos justos de avaliação, construídos coletivamente e com segurança jurídica, é fundamental para garantir os direitos dos trabalhadores e a valorização do serviço público.

O sindicato seguirá atento aos desdobramentos e manterá a categoria informada sobre os próximos passos dessa mobilização.